



PORTO, 19, 20 E 21 DE MARÇO 2010

CADERNO DE DEBATES 1

I CONFERÊNCIA NACIONAL
DE JOVENS ESTUDANTES DO BLOCO DE ESQUERDA



A radicalidade d@s jovens em todas as lutas pelo Socialismo

1. Organizar @s jovens com o Bloco de Esquerda na luta pelo socialismo

1.1. O Bloco de Esquerda tem sido e continuará a ser protagonista da luta socialista. Não há outro movimento com o programa socialista, com a lealdade à luta d@s trabalhador@s e jovens, com o compromisso anti-capitalista, com a experiência do pluralismo e da organização dos grandes combates sociais. **O Bloco de Esquerda é a maior conquista da luta social em Portugal** e é a oposição coerente às políticas económicas e sociais que representam a alternativa burguesa, liberal e desigualitária que tem marcado o atraso e a injustiça no nosso país como no mundo.

1.2. O Bloco tem sido a oposição mais consequente a este Governo. Para isso, traçou uma linha de confronto e de alianças. De confronto com as políticas liberais do Código de Trabalho e ataque aos serviços públicos. De aliança com tod@s que lutam contra essas políticas. Ao recusar o acantonamento, o Bloco cresceu. Participou em todas as mobilizações sociais mais importantes que confrontaram o Governo. Nessas mobilizações por alternativas, recusamos escolher o isolamento que enfraqueceria a luta socialista. Pelo contrário, estabelecemos diálogos com activistas de todas as opiniões da esquerda. Esses diálogos enfraqueceram a política liberal e foram a escolha mais radical que fizemos, porque deram mais força ao combate contra o capitalismo. Essas convergências precipitaram a derrota da maioria absoluta de José Sócrates.

1.3. A coerência do Bloco de Esquerda é sublinhada pelo facto do governo Sócrates nos tomar como o principal adversário. Na luta em defesa dos serviços públicos como a saúde e a educação, nas lutas pela igualdade, na defesa d@s desempregad@s e precári@s, na valorização das pensões e salários, na criação cultural ou na defesa d@s imigrantes, é o Bloco a esquerda de confiança.

A força do Bloco de Esquerda é ser a alternativa coerente. **Essa é a escolha desta Conferência: ou o Bloco ou o sectarismo conservador. @s jovens são @s protagonistas dessa escolha e dessa luta por uma esquerda grande no seu programa, na sua firmeza e empenho na luta social.**

2. O Bloco de Esquerda rejeita o sectarismo e o conservadorismo

2.1 Na política de construção de alternativas, recusamos as propostas para que o Bloco se subordinasse ao PCP ou para que se transformasse numa pequena organização sectária que só dialoga consigo própria, como defendido pela lista B entre @s jovens. Recusamos a subordinação ao PCP e vencemos na campanha pela legalização do aborto, convergindo com tod@s @s que defendiam o fim da prisão das mulheres. Essa estratégia foi forte porque foi unitária e vencedora porque recusou o sectarismo. Na questão da paridade, nas autarquias, no movimento estudantil, nas eleições, nos sindicatos, na política internacional recusamos essa subordinação. Não nos calamos perante os desmandos da Coreia do Norte, não aceitamos a exploração dos trabalhadores na China, nem perante a presença portuguesa na NATO. **Uma nova esquerda socialista é autónoma, é unitária, promove convergências, vai à luta, cria uma nova cultura, é aberta. Essa esquerda é o Bloco de Esquerda.**

2.2. É assim que defendemos uma política de ruptura social para mudar a sociedade: **o máximo de alargamento e de acumulação de forças. Defendemos, por isso, um Bloco de Esquerda 100% mobilizado, 100% plural, 100% coerente, 100% unitário – é aí que está a esquerda a 100% que luta para vencer.** Essa esquerda convive e aprende com a sua diversidade, entendendo o debate como forma de inclusão em nome de princípios fortes.

Queremos fazer no ensino secundário e superior, como em todos os movimentos sociais: alargar em nome das lutas concretas que mudam a nossa vida. Pela democracia, no combate às discriminações, nas lutas pela igualdade, na rejeição da Guerra e da NATO, contra o crime ecológico, no combate ao racismo e pelos direitos d@s imigrantes, na luta contra o desemprego e a precariedade.

3. O Bloco recusa a solução conservadora de uma organização de juventude

3.1. Com a orientação decidida na Convenção do Bloco de Esquerda sobre a organização da juventude, **@s activistas estudantes viraram-se para as escolas e começaram a ganhar posições e experiência.** Esta orientação vai ser concretizada na organização, tornando regulamentar o que já era a realidade política do trabalho d@s jovens: @s militantes estudantes disputam o espaço de toda a política nas escolas, mas não têm a pretensão de dirigir de forma paternalista @s trabalhador@s. @s jovens precári@s fazem o seu activismo, decidindo a sua acção.

Esta resolução tornou-nos mais fortes, potenciando a **intervenção entre @s precári@s, animando movimentos unitários e fazendo crescer o May Day e outras formas de organização.** Este movimento coopera com sindicatos, ocupa a rua, organiza pessoas. É um dos sectores mais dinâmicos da luta d@s trabalhador@s e um dos seus centros estratégicos.

3.2. A decisão de organizar @s jovens em todo o Bloco e de organizar um sector estudantil é uma decisão tomada em Convenção, órgão máximo do nosso movimento. O Bloco assume como prioridade a organização de jovens porque recusamos a **ideia conservadora de uma Jota, uma ideia já insinuada mas sempre recusada. @s jovens participam no Bloco de Esquerda, @s activistas estudantis organizam a sua conferência, elegem a sua coordenadora e decidem as suas campanhas. Concentram a sua actividade social e política nas escolas, fazendo aí o todo o confronto. Assumem responsabilidades. @s jovens são o Bloco de Esquerda.**

4. Capitalismo é barbárie

4.1. **O mundo é hoje um lugar de profundas injustiças. A globalização capitalista significa um agravamento das desigualdades entre países pobres e países ricos.** O Império promove a guerra infinita e o aquecimento global. @s que se batem por um outro mundo combatem o capitalismo, os seus modos de exploração e também a sua ideologia, o liberalismo.

4.2 **Nas últimas décadas, A expansão da liberalização da economia significou a precariedade no trabalho e o ataque aos direitos sociais e aos serviços públicos. A crise bolsista pôs a nu as contradições do capitalismo na sua espiral de especulação.** A crise, que começou nos EUA, revela que o capitalismo tem bases frágeis. Sem uma ruptura clara com este modelo a crise continuará a agravar-se, com os resultados que conhecemos: milhões de desempregad@s e precariedade generalizada, enquanto se utiliza o dinheiro d@s contribuintes para acudir ao crime económico d@s banqueir@s e especulador@s. A escolha política dos governos foi salvar o sistema financeiro, em lugar de proteger as pessoas da crise social. **Na Europa como em Portugal, medidas justas como o fim dos offshores, um imposto sobre as grandes fortunas, a tributação do capital, a taxação das mais-valias ou o alargamento da protecção social aos jovens e desempregad@s, como o Bloco defende, foram recusadas pelos Governos liberais, os mesmos que aranjaram milhões para a Banca.**

4.3 A Esquerda anti-capitalista não teve a força suficiente, na Europa e no mundo, para fazer valer uma alternativa de políticas socialistas à crise. Precisa de mais construção programática, em vez de propaganda. De mais força e alargamento social, em vez de fechamento. De mais enraizamento popular e juvenil, em vez de se isolar, contente com os seus limites. De se abrir mais para poder ser mais radical, construir mais redes de activismo e ser portadora de alternativas de sociedade. Esse é o maior desafio para a Esquerda que realmente combater a barbárie capitalista.

5. O desastre social em Portugal e a luta por uma alternativa

5.1 Em Portugal, a crise são 700 mil desempregad@s, dos quais 300 mil sem nenhuma protecção. São 2 milhões precári@s, 1/3 da população activa, com a juventude condenada à condição de uma geração low cost sem direitos. São 2 milhões de pobres. É a falha dos serviços públicos como condição da igualdade.

O Governo do PS agravou a fracture social, a precariedade, o desemprego e a pobreza do país. Fez as escolhas dos patrões. Reduziu o valor dos salários, criou novos negócios no sector imobiliário e na saúde, entregou a energia e os combustíveis aos privados. Reduziu o investimento na educação, aumentou sem precedentes a precariedade no trabalho. O Código de Trabalho legalizou os recibos verdes e possibilita horários de 60 horas por semana. As empresas de trabalho temporário nunca cresceram tanto como durante o Governo Sócrates. Sete em cada oito jovens que foram trabalhar nos últimos 12 meses têm uma relação precária com o emprego.

6. Organizar mais jovens, reforçar a luta socialista

6.1 O Bloco é o principal pólo político de resistência e de alternativa à civilização capitalista e à opressão. Recusamos a ideia de que há opressões de primeira e de segunda categoria. Defendemos a ideia de que não há projecto de Esquerda que não inclua todos os combates pela emancipação. Somos contra a exploração capitalista, lutamos pela igualdade entre mulheres e homens, contra todas as formas de homofobia, contra qualquer discriminação racista, contra todos os preconceitos e somos anticapitalistas. Somos contra a exploração de tod@s @s trabalhador@s e por tod@s nos batemos. **Somos contra a opressão de todas as mulheres, @s imigrantes e de tod@s @s LGBT e por tod@s sem excepção nos batemos.**

6.2 A luta contra a precariedade é um elemento estratégico para a Esquerda. Relançar a organização da classe trabalhadora entre a geração mais jovem é uma tarefa central do trabalho do Bloco.

Essa luta tem dado passos importantes com a emergência dos movimentos de precári@s nos quais temos participado. Experiências como @s Precári@s Inflexíveis, o FERVE e o MayDay criam um protagonismo próprio para @s trabalhador@s precári@s a partir da sua condição e são hoje a face desta realidade. Por outro lado, há experiências sindicais interessantes que devem ser desenvolvidas. O dado novo é a cooperação entre sindicatos e movimentos como indica a presença de Carvalho da Silva, da CGTP, em iniciativas d@s precári@s. O Bloco tem realizado inúmeras campanhas sobre este tema e a Coordenadora do Trabalho tem dinamizado encontros sectoriais. O Bloco deve multiplicar os espaços de intervenção em torno desta realidade. Esse trabalho foi e é desenvolvido quando assumido com autonomia pel@s própri@s trabalhador@s precári@s. Formar para o activismo @s estudantes de hoje é formar para o activismo @s trabalhador@s de amanhã. As tentativas de colocar estudantes a organizar trabalhador@s, além de paternalistas, nunca deram nenhum resultado. **Por isso, recusamos uma tutela estudantil sobre estes movimentos e a visão elitista de que seria uma coordenadora de jovens predominantemente estudantil a dirigi-l@s. Valorizamos a organização de classe d@s trabalhadores dentro do Bloco e a sua experiência autónoma nos movimentos e nos sindicatos. São eles quem deve falar por si e organizar a sua luta – é o que estão a fazer, e muito bem.**

6.3 A intervenção d@s jovens do Bloco deve incidir sobre todos os temas da luta política da Esquerda. Nos últimos 2 anos, @s activistas do Bloco têm intervindo no espaço das escolas, de formas diversas,

através de grupos e colectivos que foram capazes de fortalecer alternativas. No Porto, em Braga, em Lisboa, na Guarda, em Viseu, na Covilhã, em Coimbra ou Vila Real, esses colectivos dinamizaram listas e elegeram estudantes para os vários órgãos, organizaram colóquios, dinamizaram eventos culturais, prestaram apoio aos estudantes, recolheram abaixo-assinados, trouxeram os temas da precariedade, homofobia, movimento anti-guerra, crise económica, entre outros, para dentro das escolas, convocaram plenários de estudantes e chegaram mesmo a promover acções mais radicais como a ocupação de espaços. **E é esta a intervenção que nos propomos a continuar e melhorar.**

7. Criar um sector estudantil forte e organizado: o maior desafio desta conferência

7.1 Historicamente, um movimento estudantil forte é fundamental para a politização d@s estudantes e sua capacitação enquanto intervenientes políticos e sociais. A reconstrução de um movimento estudantil disposto a lutar é uma tarefa fundamental da Esquerda.

Em todas as grandes transformações históricas @s estudantes tiveram um papel importante. E nos grandes momentos de protagonismo juvenil, são quem mobiliza e é a partir das escolas que se estruturam as lutas. Foi assim na luta contra as propinas em Portugal, nas lutas do secundário, e também no extraordinário movimento contra o CPE (Contrato Primeiro Emprego), em França, em que milhares de jovens saíram à rua contra a precariedade, e eram sobretudo estudantes que sabiam que aquela lei era a condenação do seu futuro. Também na Grécia, a Revolta de Dezembro, que deu expressão à “geração sem direitos” grega, foi organizada a partir das escolas secundárias e das assembleias de estudantes universitários, que foram fazendo alianças sociais mais vastas, ainda que limitadas. **Os maiores exemplos recentes de grandes lutas sociais que envolvem a juventude foram organizadas a partir das escolas.**

7.2 A orientação que foi aprovada na última Conferência de jovens, no sentido de organizar o trabalho de escola e de concentrar aí o activismo d@s jovens estudantes do Bloco, é hoje forte e imprescindível.

É necessário este salto organizativo para uma Esquerda forte e combativa. É nas escolas, que se concentra a maior parte d@s jovens numa relação institucional e é esse o seu espaço social por excelência, onde podem ser agentes principais da mudança a partir de uma intervenção concreta. **O maior desafio desta conferência é assumir a responsabilidade de criar uma rede de activistas nas escolas do Ensino Secundário e do Ensino Superior.** Recuperar o espaço das escolas como um espaço de pensamento crítico e de acção política é a grande tarefa a que esta conferência deve responder.

8. O Ensino Secundário e Básico. A luta pela escola democrática

8.1 No ano que passou registou-se uma significativa agitação nas escolas e no ensino público, fundamental para um acréscimo da adesão ao activismo. Greves, manifs, abaixo-assinados e flashmobs, debates, exposições, sessões de cinema, despontaram o espírito crítico no seio do movimento estudantil.

A luta d@s estudantes do ensino secundário e básico em torno do estatuto do aluno, do regime de faltas, do modelo de gestão escolar, a educação sexual ou o preço dos manuais escolares, teve repercussões imediatas como o decreto que clarificou algumas situações injustas no caso das faltas. Estas experiências criaram bases para um movimento estudantil mais forte e coeso. Acumularam-se diversas experiências de luta que nos deverão ser úteis, como a participação na plataforma “Directores Não!”, no MESP e mais tarde na “AGE”, bem como a união que houve entre alun@s do básico e do secundário, pais e professores em Viseu, que ajudou à mobilização de milhares de alun@s numa cidade considerada pequena.

8.2 Há mais jovens estudantes bloquistas a fazer trabalho de escola em vários pontos do país.

Aí se promovem o debate e a reflexão sobre o ensino e a democracia, politizando @s jovens, fazendo trabalho social, cultural e ambiental na escola, criando raízes, deixando experiências e bases para o trabalho ser continuado. @s jovens estudantes do secundário e básico organizaram-se, partilhando lutas e experiências e assim melhorando a sua rede de comunicação. Há hoje mais jovens bloquistas a participar em Associações de Estudantes.

A organização d@s estudantes do secundário e básico do Bloco não deverá ser feita por modelos centralistas de imposição de ideias e orientações de cima para baixo. Como garante da democracia e da inclusão, o activismo deverá ser feito de baixo para cima, ouvindo @s estudantes e rejeitando a imposição, trocando-a pelo debate e pela democracia. Exemplo disso é o recentemente criado Fórum do Secundário, como plataforma de troca de experiências e de debate e como um meio de interligar @s activistas a nível nacional.

8.3 A partir deste ano, prevemos que com um novo Governo e uma nova Ministra, pouco mude nas políticas de educação. As reivindicações dos estudantes devem adoptar uma postura de contestação das políticas do Governo PS. @s jovens estudantes do ensino secundário e básico devem continuar a lutar contra as aulas de substituição, o novo modelo de gestão escolar, o novo estatuto de aluno, pela distribuição de manuais escolares de forma gratuita e pela educação sexual. Uma nova reivindicação poderá ser a luta contra a implantação de video-vigilância nas escolas. A juntar a estas, @s jovens estudantes deverão discutir nos movimentos, reivindicações locais permitindo uma articulação entre combate à política educativa nacional e aos problemas locais das escolas e do ensino. Quanto à educação sexual, achamos que este modelo não é o adequado, e serve apenas para desresponsabilizar as escolas de qualquer abordagem séria sobre o tema e para continuar com o mesmo modelo de aulas padronizadas. **Os objectivos d@s jovens do secundário e básico que apoiam esta moção são de politizar @s estudantes e promover uma cultura de debate democrático e participação activa não só nas escolas mas também na sociedade.**

8.4 Caberá à coordenadora de jovens estudantes do Bloco fazer um acompanhamento dos activistas criando redes de comunicação, cooperação e diálogo, apoiando no trabalho burocrático e na partilha de experiências. Por outro lado o activismo deve alargar-se a algumas zonas periféricas das cidades, dando primazia a um trabalho local, utilizando os instrumentos (AE's, colectivos, movimentos, etc..) que melhor se ajustem a cada contexto.

9. Ensino Superior. Reconstruir o movimento estudantil

9.1 O início deste mandato do Governo fica marcado pela encenação em torno dos 100 milhões de euros do "contrato de confiança" estabelecido com Universidades e Politécnicos. Contudo, este valor apenas retoma os níveis de financiamento de 2005 e nem servirá sequer para cobrir os défices acumulados pelas instituições nos últimos anos, exigindo às escolas que em 4 anos formem mais "cem mil activos".

No Ensino Superior, **os 4 anos de Governo PS foram 4 anos de ataque ao ensino público.** Assistimos a um estrangulamento financeiro na ordem dos 200 milhões de euros, atirando as instituições de ensino para um cenário de total sub-financiamento, implicando o encerramento de serviços e espaços, o despedimento de funcionári@s e professor@s e a degradação profunda da qualidade do ensino. Ao mesmo tempo, transferiram-se para @s alun@s e suas famílias os encargos associados, destruindo progressivamente a universalidade do acesso (a percentagem de alun@s de baixos rendimentos no ensino superior diminuiu um terço entre 1995 e 2005). Portugal é o terceiro país da Europa onde as propinas são mais caras, sendo que em mais de 1 dezena de países não existem propinas.

A esta realidade, Mariano Gago respondeu com um programa de empréstimos bancários, sendo que em 2010 chega a 130 milhões de euros, englobando mais de 10 mil estudantes que sairão para o mercado de trabalho endividad@s. As reivindicações por uma política inclusiva, com a criação de cursos nocturnos (beneficiando quem é trabalhador-estudante), o alargamento dos horários das cantinas ou a construção de residências universitárias, ficaram igualmente condenadas pela austeridade financeira do Governo.

Com as propinas a chegar aos mil euros no 1º ciclo, podendo atingir os 10 mil no 2º e 3º ciclos, mais alun@s são obrigados a desistir dos seus cursos. A acção social é insuficiente e inoperante. Ficam excluíd@s

dos apoios muit@s estudantes e há atrasos de meses nas bolsas que são totalmente inaceitáveis.

A luta contra as propinas e por uma acção social mais justa são dois eixos fundamentais de um movimento estudantil pela igualdade. A luta pelos direitos d@s trabalhador@s estudantes deve integrar uma agenda de justiça para o movimento estudantil.

9.2 Não só a nível financeiro se operou o ataque do PS ao ensino superior: adoptando os relatórios da OCDE como guia e impondo o Processo de Bolonha, este Governo levou a cabo uma compressão da democracia nas instituições, ao mesmo tempo que precarizou as formas e métodos de ensino, criando artificialmente uma divisão entre os 3 ciclos de ensino. A aprovação do RJIES, com os votos favoráveis do PS e PSD, veio destruir o antigo modelo, para impor um Conselho Geral, onde hoje encontramos pessoas como Henrique Granadeiro da PT ou Artur Santos Silva do BPI e onde aos estudantes é garantido por lei apenas um lugar. A ideia duma escola plural, crítica e construída por tod@s, converte-se num negócio para ser gerido apenas por alguns. A possibilidade da transformação das instituições em fundação de direito privado estabelece mais uma arma do Ministério de forma a lançar a competição e divisão entre as instituições.

@s jovens estudantes do Bloco lutarão por mais democracia nas escolas. Pela recuperação de um modelo de gestão democrático e pela multiplicação de espaços de participação social e política nas instituições do Ensino Superior.

9.3 Os colectivos e agrupamentos de estudantes empenhados numa alternativa construída a partir da defesa do ensino público e democrático, representam hoje pólos de agitação e de contestação, apesar do cenário de refluxo da luta estudantil. Por um lado, Bolonha veio encurtar o tempo de estadia no ensino superior, intensificando o ritmo de estudo e retirando espaço ao pensamento crítico d@s estudantes, pressionados a terminar rapidamente os cursos. Por outro, as principais direcções estudantis têm sido incapazes de construir alternativas, na sua maioria presas a lógicas clientelistas e partidárias e à pouca ou nenhuma vontade de envolver @s estudantes. Os agrupamentos e colectivos de estudantes, com caminhos e organizações diferentes, onde @s jovens do Bloco têm participado de maneira democrática e unitária, levaram a cabo lutas importantes. A defesa do espaço democrático das escolas e do direito d@s alun@s – seja pelo alargamento dos horários das cantinas, multiplicação de espaços culturais ou melhoramento das residências universitárias – a disputa do conhecimento científico e cultural, a disputa sindical sobre os problemas pedagógicos e estruturais de cada faculdade, a mobilização para acções de protesto locais e nacionais, a dinamização de listas aos diversos órgãos da escola foram fruto de um activismo quotidiano e empenhado, representando um espaço indispensável em vários pontos do país. Se é certo que alguns colectivos registaram um retrocesso da sua acção, outros viram-na reforçada. Esse fortalecimento resultou na dinamização de listas a AE's, que protagonizam, hoje, direcções alternativas na FCSH e FCUL, elegendo membros nos Conselhos Gerais e órgãos de escolas ou através de uma maior implantação e reconhecimento da sua acção por parte d@s estudantes, avançando na criação de espaços de debate, encontro e confronto. Devemos ter bem presentes as dificuldades para este embate mobilizador mas constatamos, através da experiência prática, que a direcção apontada na última Conferência veio reforçar a organização. Mesmo com dificuldades e algumas derrotas, @s jovens do Bloco estão hoje mais preparad@s, organizad@s e capazes de dar resposta aos desafios que se lhes apresentam. A escolha de um caminho organizativo contribuiu para uma maior dedicação, clareza e empenho nos confrontos e nas lutas transformadoras da vida concreta e da experiência estudantil, potenciando o alargamento e capacitando uma nova geração de activistas.

9.4 A manifestação de 17 de Novembro de 2009, que reuniu cerca de 3 mil estudantes, foi uma luta necessária. Embora politicamente condicionada pelas grandes direcções académicas, conseguiu quebrar um ciclo de mais de quatro anos muito pobres em manifs do superior, conseguindo chamar a atenção pública para os problemas do sub-financiamento e da acção social deficitária. Também aqui os colectivos de estudantes foram parte activa e mobilizadora. Contudo, a ânsia do Governo por estabilidade social, levando-o a reforçar o orçamento do Ensino Superior em 100 milhões de euros em 2010, originando palavras de contentamento por parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e d@s dirigentes estudantis, anuncia dificuldades acrescidas no caminho para a mobilização estudantil. De facto, este alívio financeiro não

muda nada no essencial da vida das escolas ou da sua degradação e desqualificação.

Por esta razão, uma nova manifestação nacional, que reenvindique a defesa do ensino público, é uma necessidade e uma urgência que devemos defender no seio do movimento estudantil.

10. As prioridades d@as jovens estudantes do Bloco

10.1 Um dos pontos fracos do movimento estudantil actualmente é a falta de organização e coordenação. A reduzida contestação dos últimos anos dificultou o estabelecimento de redes de activistas, com poder de comunicação e decisão. A nossa resposta deve reverter esse quadro, procurando a partir da proposta e da acção política construir a organização e não o contrário. É partindo desse pressuposto que devemos procurar criar canais de comunicação capazes de fomentar uma coordenação local, distrital e nacional, ultrapassando a barreira daqueles activistas que já se encontram coordenad@s no Bloco.

@s jovens estudantes do Bloco animarão, sempre que haja condições de alargamento e de mobilização, a convocação de encontros de activistas do Secundário e do Superior, a nível nacional, regional ou local.

10.2 A nossa experiência recente no movimento estudantil mostra que a acção concreta e planeada, quando assertiva, tem um efeito de agregação de forças. **Essa intervenção seguirá, necessariamente, caminhos diferentes, podendo passar pela dinamização de actividades do Bloco ou espaços de discussão e acção criados através do colectivos de estudantes, sendo esta uma decisão política que cabe aos activistas, tendo em conta áreas essenciais:**

» **Criar grupos/colectivos de discussão e de acção que respondam às necessidades de intervenção nas escolas.** É na prática diária pela democratização dos espaços das escolas, seja na disputa científica ou social, incutindo o espírito de solidariedade entre @s estudantes perante os problemas comuns, que conseguiremos construir uma alternativa credível e mobilizadora.

» **Dinamização de listas, amplas e agregadoras, de candidatura aos órgãos de escolas e faculdades.** O processo de eleições para as associações de estudantes e órgãos das instituições são, para além de um momento de grande politização e aprendizagem, uma oportunidade de fazer chegar uma mensagem de alternativa a grande parte d@s estudantes.

» **Transpôr para o espaço das escolas todos os temas do movimento social e da agenda política.** A politização do movimento estudantil passa por animarmos uma agenda de discussão ampla, promovendo o debate sobre a crise financeira, drogas leves, luta contra a precariedade, luta contra todas as discriminações ou movimento anti-guerra, avançando o crescimento do nosso campo social.

» **Fazer sentir a presença do Bloco nas escolas.** Como em qualquer sector é nossa tarefa avançar na presença do Bloco como alternativa política a partir do estabelecimento de redes de activistas do Bloco, a distribuição de material e a presença de figuras públicas do partido. Esse trabalho, mais uma vez, obedece a timings próprios.

11. A Coordenadora Nacional de Jovens Estudantes do Bloco de Esquerda

Uma grande aposta do Bloco no movimento estudantil torna essencial um trabalho de coordenação e apoio ao trabalho de escola. A Coordenadora Nacional de jovens estudantes do Bloco deve ter um âmbito claro. A sua acção deve fazer-se sentir no apoio a tod@s @s jovens activistas estudantes do Bloco em todo o país, potenciando o activismo e estabelecendo pontes com todas as estruturas do Bloco, sejam elas nacionais, distritais ou concelhias, bem como com o Grupo Parlamentar e a Comissão Política. Ela assume as seguintes tarefas:

» **O apoio ao trabalho de escola,** através do acompanhamento da actividade, da produção e disponibilização de materiais e informação, da criação de momentos e espaços para partilha de experiências entre

estudantes.

» **A organização de dois encontros nacionais** por ano para activistas estudantis partilharem as suas experiências de intervenção, um que junte @s activistas do ensino secundário e outro que junte @s activistas do ensino superior.

» **O apoio à organização de encontros locais e regionais** de activistas estudantis para estruturar redes de informação e partilha de experiências específicas do local, aprofundando as ligações de proximidade.

» **Organização de um encontro internacional de activistas estudantis** fomentando o espírito de solidariedade internacional e de trocas de experiências sobre os vários movimentos estudantis, com activistas dos principais pólos de contestação.

» **A integração d@s jovens estudantes nas estruturas do Bloco** através de um acompanhamento territorial feito ao trabalho nas escolas e a partir da ligação com outros grupos de trabalho existentes.

» **O acompanhamento e coordenação do trabalho realizado pelas Coordenadoras Distritais de Jovens Estudantes**, potenciando assim uma rede de comunicação e activismo nacional. Estas coordenadoras são eleitas a nível distrital com mandato de 1 ano.

» **A participação na organização, em conjunto com outros sectores do Bloco e com apoio logístico da estrutura central do Bloco e apoio político da direcção do Bloco, de duas iniciativas nacionais dirigidas aos jovens: o Liberdade, acampamento nacional a realizar no Verão e o Inconformação**, fórum de debate e formação dirigido a jovens a nível nacional.

» **A organização de outras campanhas e iniciativas políticas** que a Coordenadora decidirá.

SUBSCRITORES

Ana Catarina Alves "Tota"	Porto
André Campos	Porto
André Verde	Porto
Diogo Silva	Porto
Duarte Canotilho	Porto
Eliana Tavares	Porto
João Cardoso	Porto
Leonor Figueiredo	Porto
Luís Monteiro	Porto
Madalena Ferreira	Porto
Nuno Moniz	Porto
Ricardo Duarte	Porto
Ricardo Sá Ferreira	Porto
Ana Assucena	Porto
Tiago Torres	Porto
Adriano Campos	Braga
Alexandra	Guarda
Alexandre Figueiredo	Lisboa
Ana Barbara Pedrosa	Braga
Ana Bastos	Lisboa
Ana Candeias	Lisboa
Ana Martins	Lisboa
Ana Raquel da Costa	Guarda
Ana Rita Brito	Coimbra
André Prata	Aveiro
André Rei	Coimbra
Andreia Alves	Coimbra
António Rafael Santos	Lisboa

Bárbara Matos	Coimbra
Bela Irina Castro	Vila Real
Bruno Silva	Coimbra
Carlos Santos	Porto
Catarina Cruz	Porto
Catarina Príncipe	Lisboa
Cintia Cardoso	Lisboa
Cláudia Pinho Ribeiro	Aveiro
Cláudio Gaspar	Coimbra
Daniel Fonseca	Lisboa
Daniel Monteiro	Coimbra
Daniela Melo	Lisboa
David Fernandes	Porto
Diana Neves	Lisboa
Diogo Barbosa	Coimbra
Diogo Oliveira	Bragança
Elsa Melo	Porto
Érica Postiço	Lisboa
Fabian Figueiredo	Coimbra
Fábio Carreira	Aveiro
Fábio Salgado	Leiria
Fábio Sequeira	Coimbra
Fernando Pedro	Lisboa
Filipa Gonçalves	Lisboa
Filipe Costa	Terceira
Filipe Pardal	Faro
Francisco Cristino	Coimbra
Francisco Torres	Porto
Frederico Câmara	Madeira
Frederico Serzedello	Lisboa
Gonçalo Ferreira	Porto
Gonçalo Grade	Lisboa
Gustavo Palos	Évora
Hugo Ferreira	Coimbra
Ines Godinho	Lisboa
Ines Santos	Lisboa
Ivo Angélico	Aveiro
Jennifer Jesus	Coimbra
Joana Oliveira	Guarda
João Antunes	Castelo Branco
Joao Curvêlo	Lisboa
João Mineiro	Castelo branco
João Ricardo Pinheiro	Braga
Jorge Cardoso	Porto
Jorge Teixeira	Coimbra
José Miranda	Porto
José Rocha	Porto
Joseph Silva	Lisboa
Laura Carreira	Lisboa
Laura Falé	S. Miguel
Leonardo Torres	Coimbra

Lia Lucas	Coimbra
Luisa Bigode	Lisboa
Luísa Magalhães	Porto
Mafalda Pimentel	Porto
Marco Gomes	Porto
Marco Marques	Lisboa
Margarida Santos	Lisboa
Mariana Mortágua	Lisboa
Marília Fernandes	Porto
Marta Calejo	Braga
Micael Sá	Castelo Branco
Miguel Lopes	Lisboa
Miguel Paupério	Porto
Miguel Quelhas	Lisboa
Miguel Sacramento	Lisboa
Moisés Regalado	Coimbra
Mónica Eusébio	Lisboa
Nicole Almeida Rodrigues	Guarda
Nuno Leocádio	Guarda
Nuno Nascimento	Bragança
Patric Figueiredo	Aveiro
Pedro Cruz Mendes	Braga
Pedro Feijó	Lisboa
Pedro Figueiredo	Guarda
Pedro Miguel Machado	Braga
Pedro Miguel Mateus	Guarda
Pedro Varela	Porto
Púria Esfandiari	Aveiro
Raquel Santos	Lisboa
Reinaldo Miranda	Lisboa
Ricardo Pereira	Lisboa
Ricardo Vicente	Lisboa
Rodrigo Pereira	Lisboa
Rodrigo Rivera	Lisboa
Rosa Félix	Lisboa
Rute Simão	Castelo branco
Sara Lima	Coimbra
Sergio Cerqueira	Lisboa
Sérgio Cunha	Aveiro
Susana Oliveira	Lisboa
Teresa Miranda	Porto
Tiago Cortinhal	Lisboa
Tiago Ivo Cruz	Lisboa
Tiago Moura	Castelo Branco
Valérie	Coimbra
Vasco Dias	Lisboa
Vera Santos	Lisboa
Vitor Ferreira	Lisboa
Vitor Hugo Nunes	Guarda

Representante na COC: Nuno Moniz

MOÇÃO B

Por uma juventude de combate

1. O capitalismo arrasta o mundo para a crise

A segunda década do milénio começa com mais uma crise económica do capitalismo. Mais uma, mas não uma qualquer. A crise do imobiliário, em 2007, fez antever a sua gravidade. Em 2008, a falência de grandes bancos e a queda a pique das bolsas revelaram a sua violência. Os governos intervieram, injectando quantias astronómicas em bancos, seguradoras e empresas, de forma a nacionalizar os seus prejuízos e devolvê-las depois aos capitalistas. As consequências da crise têm sido catastróficas, com o aumento brutal do desemprego e endividamento das famílias. Não restam dúvidas quanto ao plano dos governos mundiais: que sejamos nós a pagar a crise.

Apesar das crises intrínsecas ao seu funcionamento, o capitalismo não cairá por si e, por muitas máscaras que use, nunca permitirá reformas que eliminem a exploração de que se alimenta ou as opressões de que se serve. É não só possível como urgente lutar por um outro mundo: o Socialismo.

2. Para combater o capitalismo, combater o governo Sócrates

O governo PS/Sócrates marcou os últimos dois anos com um Código do Trabalho pior que o do PSD, a reforma da função pública, o aumento do desemprego, precariedade e destruição dos serviços públicos, ao que se conjugou a corrupção que envolve os partidos de poder e o plano de salvamento dos capitalistas em crise, com graves consequências para a população.

Foram também anos de grande contestação às políticas do governo. Deram-se as maiores manifestações desde o 25 de Abril, a contestação ao fecho de estabelecimentos de saúde, as massivas manifestações de professores, mas também greves e manifestações de outros sectores públicos e privados. Nestas lutas, os jovens tiveram uma participação importante, lutando contra a precariedade e a ausência de perspectivas para o futuro. Os estudantes do secundário protagonizaram importantes lutas contra os ataques do Governo. Só o movimento estudantil do superior destoou, mantendo um refluxo que permitiu o aprofundar da destruição do ensino público.

Tornou-se então premente a construção de uma convergência das esquerdas, de uma alternativa para derrotar Sócrates e não apenas para lhe retirar a maioria absoluta. A existência desta unidade teria animado a onda de contestação que percorreu o país, dando às lutas mais hipóteses de vencer. No entanto, nenhuma força de esquerda a quis concretizar. Exemplo disto foi o objectivo definido pela direcção do BE: retirar a maioria absoluta a Sócrates, embora tal permitisse que continuasse a governar. **Ou seja, a direcção do BE, o PCP e Manuel Alegre, ao manterem-se separados, recusando erguer uma plataforma conjunta para derrotar o PS, contribuíram para que este vencesse.** Hoje, tendo Manuel Alegre passado de armas e bagagens para o campo do Governo, que considera como “a esquerda possível” e em quem apelou que se votasse nas últimas legislativas, continuamos a defender a unidade com o PCP. O que queremos não é uma subordinação ao PCP. Queremos uma unidade contra o governo em todo o país, como já foi feito com sucesso, por exemplo, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), em que elementos de ambas as moções, A e B, ganharam as eleições para a Associação de Estudantes, juntamente com a JCP, deixando de fora a direita e quem não quer derrotar o governo. Estarão estes camaradas atrelados ao PCP? Defenderão eles o regime monstruoso da Coreia do Norte? Ou serão apenas activistas coerentes na defesa do Ensino Público?

Defendemos a última hipótese, não passando o resto de falsas questões. Defendemos que essa experiência deve ser repetida no movimento e no país, para unir a esquerda que não se quer atrelar ao PS.

A orientação da maioria que dirige o Bloco e que a moção A nos propõe levou a água ao moinho do PS, permitindo um segundo mandato por ausência de qualquer convergência à esquerda. Nós não só recusamos a política sectária que não quer unidades à esquerda, necessariamente com o PCP, como recusamos comprometer a luta mantendo-nos presos ao Governo e seus aliados, como é hoje Manuel Alegre. Na prática: como podemos em cada escola e faculdade passar quatro anos a tentar convencer os nossos colegas a sair à rua contra ao governo, que destrói o ensino e o nosso futuro, e querer, em 2011, convencê-los a votar no candidato do Governo, mesmo que seja o poeta Manuel Alegre? Era sensato propor unidade com Alegre, como fizemos, quando este se afastava do PS. Hoje, depois de ter chamado ao voto em Sócrates e de se apresentar como candidato que quer o apoio do PS, Alegre não poderá ser o candidato da esquerda anti-capitalista. Sensato hoje é querer a unidade com quem quer lutar, nas escolas, no país e nas eleições – e nesse campo encontramos o PCP. Repetir a experiência da FCUL será sectarismo? Será atrelar-nos ao PCP? Achamos que não, que necessário é denunciar este governo neoliberal e corrupto e construir um campo unitário à esquerda que o possa substituir. Infelizmente o BE, no caso Face Oculta, até agora não tem estado à altura, mas a Moção de Censura ao Governo que ninguém apresentou, deve ser apresentada por nós nas ruas e no parlamento!

Apoiar Manuel Alegre nas presidenciais, sendo este o candidato do governo é abdicar desta luta e, por mais voltas que se dê, um apoio ao PS de Sócrates. O BE deveria dinamizar uma alternativa ao governo que quisesse unir a esquerda à esquerda do PS, contra os que nos querem fazer pagar pela crise: tanto Cavaco como o Governo.

3. Aprender com o passado para construir o futuro: a história não chegou ao fim

A nossa geração cresceu sob o peso da queda do Muro. O fim do poderoso aparelho estalinista, que governava o Leste, a URSS e influenciava muitos partidos de outros países, foi uma vitória. No entanto, a transformação destes países em “democracias ocidentais” deu um novo fôlego ao capitalismo mundial e permitiu uma ofensiva ideológica que pretendia convencer-nos da superioridade do capitalismo.

Nestes 20 anos, os imperialismos americano e europeu têm imposto a países de todos os continentes, como condição para empréstimo de dinheiro, a privatização dos seus recursos, a abertura dos mercados e a ausência de direitos laborais. Milhões são obrigados a emigrar ao encontro da exploração e opressão. Perante isto, a Europa ergue a sua fortaleza para mais os explorar, promover o racismo e dividir os trabalhadores.

Além de fortaleza repressiva dos emigrantes, a União Europeia tem servido de bengala imperialista aos EUA, que com os seus parceiros, entre eles Portugal, estendem a ofensiva bélica (com Bush ou Obama), ocupando o Iraque e o Afeganistão, servindo-se da guerra para ultrapassar a crise.

Mas a força das populações fez-se sentir novamente. As revoltas na América Latina e a resistência dos povos do Iraque, Afeganistão, Líbano e Palestina travaram os planos imperialistas. Nos países centrais, as manifestações anti-globalização nas cimeiras do G8, as mobilizações anti-guerra, as revoltas nos subúrbios de Paris, as lutas estudantis contra a privatização do ensino, bem como a luta contra o CPE (Contrato Primeiro Emprego) em França, a revolta grega, as manifestações dos emigrantes nos EUA são exemplos de respostas, nos quais os jovens tiveram um papel de destaque e que revelam uma situação mundial mais combativa do que aquela vivida no início dos anos 90.

4. Mais juventude, mais organização, maior combatividade

4.1 O papel da Coordenadora

A Coordenadora Nacional de Jovens Estudantes do BE (CNEJBE) terá como tarefa fundamental impulso-

nar o trabalho dos jovens de todo o país, apoiando as diversas regiões, política e materialmente, servindo de ponte entre os activismos de diferentes áreas e através da realização de campanhas nacionais que envolvam todos os jovens.

Para que os jovens do BE intervenham em todas as questões ligadas ao partido, podendo contribuir para decidir a sua política em vez de serem apenas chamados para colar cartazes ou fazer distribuições, a CNJEBE deve promover a sua formação política, organizando escolas e cursos onde os jovens se sintam incentivados a intervir. **O Inconformação** é um avanço, mas com várias insuficiências que revelam a fraca aposta na formação por parte da actual direcção do BE. Abordou demasiados temas, não permitindo aprofundar nenhum; a duração das intervenções dos oradores limitou a discussão entre os jovens; não foi um espaço de opinião plural, pois os oradores convidados não expressavam a diversidade de opiniões existentes no BE.

O Acampamento Nacional de Jovens é para nós outro momento de excelência para a discussão política e troca de experiências para preparar a intervenção do ano seguinte. Além disso, é um momento privilegiado para que os jovens com quem trabalhamos no dia-a-dia venham conhecer o BE, as suas ideias e funcionamento, aproximando-os de nós.

4.2 Melhorar o activismo sem ouvir os activistas?

Na anterior conferência detectámos um claro desinvestimento nos jovens por parte da direcção do BE: ponderou-se acabar com o acampamento nacional e houve quem defendesse o fim da Conferência de Jovens e da eleição da sua coordenadora. Na última Convenção, a moção C propôs que os Jovens do BE, há dez anos em funcionamento, ganhassem carácter estatutário. **A moção A, maioritária, opôs-se. Agora, essa mesma maioria alterou os moldes dos jovens do BE, transformando-os num sector estudantil sub-27, argumentando que a moção aprovada na V Convenção estabelecia este modelo. Porém, da leitura desta moção não se tira esta conclusão, tanto que passaram três anos sem que a mudança fosse feita. Se os Jovens do BE tivessem sido estatuídos, como propúnhamos, esta discussão teria sido levada à Convenção. Assim, pôde mudar-se a organização dos jovens sem os ouvir. Os Jovens do BE souberam de uma decisão que transformou práticas de dez anos de activismo político já como um facto consumado, pouco tempo antes desta Conferência em que poderíamos debater a questão.**

Opomo-nos frontalmente a este rumo. O Bloco precisa de organismos com funcionamento activo, estruturados na realidade social. Defendemos uma organização por núcleos que reúnam regularmente os jovens estudantes e trabalhadores, que sejam marcados pela discussão política e que promovam activismo quotidiano nos locais de estudo e de trabalho. Todos os jovens podem intervir nos órgãos concelhios e distritais, bem como nos grupos sectoriais. Não achamos estes trabalhos mutuamente exclusivos, pelo contrário. No entanto, uma análise honesta e actual do partido leva-nos a concluir que nem as Distritais, nem as Concelhias, nem os Grupos Sectoriais estão em condições de substituir o activismo que os jovens do BE fazem hoje, mesmo fora das escolas, e menos o que podem vir a fazer.

Mais: esses órgãos não se direccionam hoje para discutir e preparar intervenções políticas e sindicais quotidianas em empresas, fábricas ou call-centers, principalmente entre os mais jovens. Achamos que este trabalho poderia ser feito dentro do modelo anterior, que reunia todos os jovens até aos 30 anos. Até porque a Coordenadora não tinha de ser formada maioritariamente por estudantes, dado haver centenas de activistas jovens no Bloco que são trabalhadores. Porém, com o novo modelo, que exclui quem trabalha, estes jovens ficarão sem o apoio de ninguém e este activismo ficará por fazer. Verificamos ainda que há maior participação de jovens nos órgãos concelhios e distritais precisamente onde os núcleos de Jovens funcionam com regularidade e criam hábitos de discussão política. **Assim, impor esta alteração através de métodos anti-democráticos, não recorrendo ao escrutínio da própria Conferência de Jovens, é negar a pluralidade e a discussão política, marcas essenciais do BE que queremos!**

• **A presente Conferência Nacional de Jovens Estudantes deve propor à Mesa Nacional o retorno ao modelo anterior de organização dos Jovens, para incluir todos, estudantes, desempregados e trabalhadores, até aos 30 anos. Deve-se então iniciar uma discussão, a culminar em futura Convenção, sobre como podem os Jovens do BE tornar-se mais dinâmicos e organizados junto aos jovens do país.**

5. Construir uma resposta aos ataques contra o ensino público

5.1 Ensino Secundário e Básico

O número de aderentes neste sector cresceu nos últimos dois anos. Para isso foi determinante a participação nas mobilizações que ocorreram em 2008/09, especialmente o trabalho na plataforma “Directores Não!” e o activismo de vários militantes pelo país fora em luta contra o estatuto do aluno, as aulas de substituição e modelo de gestão escolar, pela educação sexual efectiva e gratuidade de manuais escolares. É fundamental estruturar estes activistas e alargar o número de jovens que têm contacto com a nossa política.

A criação de colectivos abertos de estudantes contribuirá para uma luta mais forte pelas reivindicações estudantis, em cada escola, e no país. Estes devem ser espaços de politização, através da discussão de temas diversos. Devemos ainda estar atentos ao Ensino Básico, pois de lá virão os activistas que darão continuidade às lutas.

As eleições para as Associações de Estudantes (AE’s) devem ser encaradas como oportunidades para levar ideias e propostas alternativas a um número maior de estudantes. Sempre que possível, devemos participar nestas eleições, com programas contra as políticas do governo, combatendo a despolitização dominante.

Tendo presente que a política para o secundário é definida pelo Ministério da Educação, que ataca não só estudantes, mas também professores e auxiliares, os jovens do BE devem procurar promover a mobilização conjunta com estes.

As recentes mobilizações de estudantes do Ensino Secundário e Básico um pouco por todo o país, apesar da sua organização antidemocrática e confusa, trouxeram alguns milhares de estudantes para a rua, mostrando a sua vontade de lutar. Aos Jovens Estudantes do BE cabe intervir nas escolas para potenciar essa vontade e propor ao movimento formas mais organizadas e eficazes de luta. Só assim este se alargará e obterá vitórias.

Para propor aos estudantes um rumo diferente para esta luta devemos levantar não apenas as bandeiras habituais do movimento (luta pela educação sexual como disciplina e sem aumento de carga horária, o fim do Estatuto do Aluno e Aulas de Substituição, o maior investimento no ensino para melhores condições, turmas mais pequenas, manuais gratuitos e democratização das escolas), mas também propor os caminhos que fazem a diferença: a unidade das lutas entre estudantes, professores, estudantes universitários e outros sectores da sociedade e a democracia de base, para dar voz aos estudantes.

• A intervenção nas escolas e, sobretudo, nos protestos deve ser permanente, sempre que possível participando em colectivos ou em AE’s, mas também, sempre que isto não seja possível, em nome do BE. A CNJEBE deve apoiar os activistas do secundário de todo o país para que isto aconteça.

• A CNJEBE deve organizar um Encontro Nacional de Activistas do Secundário e Básico que possibilite a troca de experiências e a discussão das propostas e acções a desenvolver.

5.2 Ensino Superior

A privatização de sectores como a Saúde e a Educação faz desde há muito parte da cartilha Neoliberal. No Ensino Superior as propinas, o Processo de Bolonha, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e o sub-financiamento são os principais ingredientes dessa receita. Hoje, em plena crise, os governos tentarão aprofundar esta política. Cabe-nos a nós mover-lhe uma resistência implacável.

Como tal, ao aumento constante das propinas, Bolonha acrescentou a desvalorização do 1º ciclo de estudos, forçando os estudantes a pagar mais pela mesma formação. Com o RJIES, as empresas entraram na gestão das faculdades, surgiram as fundações de direito privado e diminuiu a democracia das escolas. Ao mesmo tempo, o sub-financiamento da Acção Social torna ainda mais difícil o acesso a bolsas ou residências universitárias, imprescindíveis para a maioria dos jovens.

A resposta do movimento estudantil tem ficado aquém do necessário. A maioria das AE’s continua alheada da política educativa, não promove a participação democrática dos estudantes, não discute nem apoia formas de luta que permitam novo ascenso do movimento. Apesar da moção votada maioritariamente na

última Conferência ter definido as escolas como centro da nossa actuação, a construção de colectivos no Ensino Superior não cresceu, desaparecendo inclusive vários destes colectivos. Para além dos já existentes FAE (Coimbra) e AGIR (Braga), nestes dois anos nasceram e mantêm-se a funcionar o MUTAD (Vila Real) e Mext (IST). Há ainda activistas que ganharam eleições para AE's como Grupo Pi (FCUL), o MOCHO na FCSH e ainda o trabalho na AE do politécnico da Guarda.

A acção nos colectivos é essencial, pois para além de serem uma plataforma ampla para discutir política - estudantil e não só -, devem ser no dia-a-dia a referência dos estudantes na resposta aos seus problemas concretos. A partir destes deve impulsionar-se a construção de listas candidatas aos vários órgãos onde os estudantes participam, procurando a unidade com todos os que tenham um programa de defesa do ensino público. A acção nas AE's e nos colectivos deve ser coordenada e apoiada pela CNJEBE, que deve reunir de forma alargada aos activistas, para discutir o movimento estudantil nas Universidades e Politécnicos no mínimo semestralmente.

A manifestação de 17 de Novembro por mais Acção Social e Financiamento para o Ensino Superior, embora convocada pelas cúpulas associativas e sem o calendário de mobilização necessário, foi palco do empenho dos Jovens do BE e dos colectivos onde agimos. Devemos aproveitar o fôlego que esta manifestação trouxe para reverter a situação de refluxo ainda hoje vivida. Foi isso que fizemos, por exemplo, na Assembleia Magna de Coimbra de 18 de Novembro, onde, através da FAE, jovens do BE aprovaram as palavras de ordem que dão voz às exigências actuais dos estudantes, logo apresentadas ao Governo: **atribuição de uma verba em Orçamento de Estado que garantisse a redução significativa das propinas, o cálculo mais abrangente das bolsas de Acção Social e a garantia de que nenhuma instituição ficaria à beira da falência.** Aqui, tal como previamente à Manifestação de dia 17, temos exemplos de como, organizados em colectivos, os jovens do BE podem imprimir uma política de esquerda ao movimento estudantil nacional, algo que há muito não conseguíamos.

Agora cabe-nos fortalecer a luta estudantil. A manutenção da exigência de mais financiamento, redução das propinas e alargamento das bolsas, como primeiro passo da luta pelo ensino que queremos, deve ser assumida pelos Jovens do BE. Estas palavras de ordem serão centrais em todas as intervenções no movimento, pelo que devemos preparar e propor uma nova Manifestação Nacional em torno das mesmas.

A nova Manifestação Nacional terá de ser maior que a última, pelo que deverá ser proposta em todos os colectivos e AE's, levada a RGA's e Assembleias Magnas e preparada pela base, de forma organizada e politizada, precedida de acções locais sempre que possível ou desejável.

• **Os activistas do BE devem propor aos colectivos e AE's uma campanha nacional, apoiada pela CNJEBE, em defesa de uma nova Manifestação Nacional, para lutar por mais Financiamento e Mais Acção Social.**

• **A CNJEBE organizará um Encontro Nacional de Activistas do Ensino Superior que sirva para discutir e coordenar acções que ajudem a desenvolver o movimento.**

• **A CNJEBE criará dois grupos de trabalho, um de Ensino Básico e Secundário, outro de Ensino Superior, integrados por representantes das várias Distritais, eleitos em Assembleia. Estes grupos reunirão no mínimo três vezes ao ano. A estes Grupos de Trabalho caberá organizar os Encontros de Activistas do Secundário e Superior.**

6. Lutar contra a precariedade e o desemprego

Muitos dos estudantes são também trabalhadores e, mesmo para quem, por hoje, só estuda as questões laborais são um tema decisivo para o futuro. Assim, este tema tem também de ser levado às escolas e universidades.

O desemprego jovem no nosso país é de 36%, a remuneração dos jovens é 76,8% da média nacional e sete de cada oito jovens que integraram o mercado de trabalho em 2009 são precários. As lutas são dificultadas pelo medo e pela divisão. As direcções sindicais são muitas vezes travões das lutas, os seus métodos dificultam a participação, discussão e elaboração das reivindicações e calendários de luta e isto promove a ideia de que os sindicatos já não servem, embora sejam uma conquista histórica essencial. As suas direcções são na

esmagadora maioria conservadoras e distantes dos trabalhadores, mas abdicar da exigência e denúncia destas, de disputar o seu espaço político é abdicar dos sindicatos, enfraquecendo os trabalhadores, deixando-os isolados frente aos patrões. Assim, a construção de alternativas sindicais, democráticas e combativas é absolutamente necessária para uma nova geração de activistas.

O MayDay, onde participaram jovens do BE, muitos deles estudantes, ajudou a colocar a precariedade no centro do debate político. Também a participação em movimentos contra a precariedade, como os Precários Inflexíveis, FERVE, Intermitentes do Espectáculo, deve ser impulsionada de forma democrática e não sectária. No entanto, é necessário compreender que não basta a mediatização dos problemas para os resolver: o objectivo destes movimentos deve ser o de trazer activistas para uma luta quotidiana nas empresas onde a precariedade vinga.

7. Intervir nas lutas sociais e combater as opressões nos locais de estudo, trabalho e residência.

Os Jovens Estudantes do BE não podem limitar a sua actuação nas escolas às questões estudantis, devendo lutar incansavelmente pelo fim de todas as opressões. O capitalismo utiliza-as para maximizar a exploração e para promover a divisão entre os explorados, pelo que temos de encarar este combate de forma anti-capitalista. Esta luta deve ser marcada pela perspectiva de classe, procurando unir as lutas de todos os trabalhadores contra o sistema que os explora e oprime.

A mulher trabalhadora obteve uma grande vitória com a aprovação da lei da IVG, mas a sua exploração e opressão não acabou. Os ordenados continuam a ser em média mais baixos, as mães adolescentes continuam sem apoio e a dupla jornada de trabalho é uma realidade dolorosa. Exigimos a igualdade total!

A juventude dos bairros populares, muitas vezes negra, é constantemente alvo de violência policial, discriminada e tem grandes dificuldades em arranjar emprego. Por outro lado, o Pacto Sarkozy e a Directiva da Vergonha atacam brutalmente os trabalhadores imigrantes. Defendemos o fim da violência policial e igualdade de acesso e de direitos no trabalho, a legalização imediata dos imigrantes indocumentados e direito de voto em todos os actos eleitorais.

O casamento civil para casais homossexuais foi uma grande vitória, mas a discriminação subsiste no direito à adopção, emprego, saúde, etc. As grandes marchas LGBT de 2009 em Lisboa e no Porto demonstraram a necessidade de lutar até à vitória. No entanto, as marchas mais reconhecidas a nível internacional são hoje despolitizadas, transformando-se num novo mercado. Não podemos cooperar com esta situação. Mais visibilidade sim, mas não a qualquer preço!

Estas formas de opressão só servem o propósito de explorar e dividir ainda mais quem trabalha, por isso **competem aos Jovens do BE ajudarem a impulsionar os movimentos sociais que lutam por estas causas, de forma anti-capitalista, unindo todas as causas e lutas num objectivo comum inscrito no código genético do Bloco: a luta pela emancipação social, o objectivo socialista.**

8. Por uma juventude internacionalista, nas ideias e na acção

É hoje claro que os conflitos armados são um eixo central da ordem mundial. Para uma juventude que move um combate sem tréguas a este sistema, a luta internacionalista é fundamental. Porém, assistimos no BE a um progressivo relegar destes temas para a intervenção parlamentar. Isto deve ser revertido, privilegiando o activismo de base, nomeadamente dos jovens.

Não nos podemos limitar a palestras, como no Inconformação ou no Socialismo, mas sim promover a discussão ampla, a partir da qual possam surgir iniciativas a pôr em prática com o apoio da CNJEBE. Para além de promover debates sobre questões internacionais nas escolas e faculdades, incentivando a participação em campanhas de protesto ou de solidariedade, a CNJEBE deve apoiar os jovens na organização dessas campanhas.

Os Jovens do BE deverão ser firmes no repúdio ao envio de tropas portuguesas para o Afeganistão e na exigência do regresso imediato de todos os soldados. Face à impunidade do estado de Israel em fazer matan-

ças indiscriminadas, colonizar terras ou pôr em prática um regime de apartheid, temos de nos empenhar na luta por uma Palestina livre, democrática e laica, nomeadamente através de acções no âmbito da campanha de boicote (académico, económico e cultural), desinvestimento e sanções a Israel. Neste âmbito, devemos procurar agir com o Comité de Solidariedade com a Palestina, que tem organizado várias acções junto do movimento estudantil. **Um momento marcante em que não podemos deixar de intervir será a cimeira da NATO em Lisboa no Outono de 2010.**

9. Um Bloco para transformar o mundo

Cabe aos Jovens do BE manterem-se como um pólo de massa crítica, dispostos a reinventar o mundo e o partido. Cabe-nos, em momentos como este, reflectir sobre o futuro do Bloco, para o fazer crescer de forma combativa e democrática, mais perto dos jovens do país, menos centrado no parlamento.

O BE surgiu há dez anos como esquerda radical e alternativa, ancorada nas aspirações dos explorados e oprimidos, activa no movimento anti-capitalista contra a ditadura do mercado, oposta às guerras imperialistas, que denuncia e combate todas as opressões. Alternativa também na esquerda portuguesa, a um PS neoliberal e a um PCP que usa a sua influência entre o povo e a juventude para controlar e travar as lutas. Por isso, o BE cresceu muito, em simpatia, em espaço mediático e em votos, elegendo 16 deputados nas Legislativas e 3 nas Europeias passadas.

Este crescimento de influência mediática e parlamentar fez com que centenas de milhares de pessoas se identifiquem hoje com o BE, ainda mais na juventude. No entanto, não foi acompanhado por um crescimento igual do activismo e dos organismos de base que permitam uma intervenção quotidiana nos locais de trabalho e estudo. Este facto teve até consequências eleitorais nas últimas autárquicas, onde o BE não apareceu como alternativa à lógica do voto útil, nem disputou o espaço que o PCP mantém. Tem também consequências na organização dos jovens, pois a actual maioria da direcção dos Jovens do BE tem centrado o activismo na preparação de eleições e realização de campanhas ligadas às propostas parlamentares, em vez de organizar os jovens para a intervenção nos seus locais de estudo e trabalho.

O decisivo para uma esquerda que quer ser grande é o seu enraizamento e capacidade de acção nas empresas, escolas e ruas. As eleições são momentos importantes, mas devem surgir para impulsionar o trabalho no dia-a-dia junto das pessoas, para que se unam, mobilizem e lutem. Não o inverso. A crescente institucionalização do BE é um dos factores mais negativos para todo o partido e para a juventude. Consideramos hoje esta questão ainda mais importante, exigindo uma resposta determinada.

A verdadeira escolha desta Conferência é entre a unidade que pode derrotar o Governo Sócrates, ou a política que nos atrela a ele. Pois não acreditamos ser possível, ao mesmo tempo defender a saída de Portugal da NATO e, apoiar um candidato presidencial que acha que devemos lá continuar, apoiado pelo Governo que mantém tropas no Afeganistão. Acreditamos que defender o Ensino Público é incompatível com chamar ao voto no candidato presidencial do Governo, que aplica Bolonha e o RJIES, que impõe o Estatuto do aluno e adia a Educação Sexual. Acreditamos que é contrário a fortalecer uma juventude anti-capitalista, não dar aos jovens oportunidade de decidir a sua forma de organização. Acreditamos que não poderemos organizar uma rede de activistas no Secundário, Básico e Superior se continuarmos politicamente centrados no parlamento e nas eleições. A decisão que nos cabe hoje tomar é, entre um Bloco cada vez mais institucionalizado, ou uma juventude de combate, enraizada e democrática, verdadeiramente revolucionária.

SUBSCRITORES

Ana Catarino	Leiria
Ana Lavrador	Braga
André Catarino	Lisboa
André Rodrigues	Coimbra

Flávia Polido	Coimbra
Hugo Bastos,	Coimbra
Bruno Mendes	Porto
Carlos Santos	Vila Real
Cristiano Pereira	Braga
Daniel Paramés	Braga
Daniel Veloso	Lisboa
Diana Curado	Braga
Diogo Bento	Lisboa
Diogo Lourenço	Lisboa
Eduardo Velosa	Braga
Filipa Roque	Lisboa
Flávio Mocho	Lisboa
Flávio Ferreira	Lisboa
Homero Macedo	Braga
Joana Oliveira	Braga
José Niculau	Lisboa
Itzel Barreno	Coimbra
Ivo Silva	Coimbra
Luzia Pinheiro	Braga
Manuel Neves	Lisboa
Manuel Afonso	Coimbra
Marta Luz	Lisboa
Miguel Inocêncio	Lisboa
Pedro Castro	Braga
Pedro Fortunato	Braga
Pedro Varela [Calhau]	Lisboa
Rafael Ferreira	Braga
Renata Cambra	Coimbra
Ricardo Oliveira [Ricky]	Lisboa
Rui Coutinho	Braga
Sara Lavrador	Braga
Sara Lourenço	Braga
Sílvia Franklim	Coimbra
Sofia Rajado	Lisboa
Bruno Fernandes	Coimbra
Tiago Silva	Coimbra
Ana Cecília Fonseca	Coimbra
Bruno Santos	Coimbra
Rui Magalhães	Coimbra
Tiago Castelhana	Lisboa

Representante na COC: Manuel Afonso